



Rita: articulando os liberais e realistas

Rita Furtado: estatização vai ser eliminada

Os deputados de pensamento liberal são maioria na Constituinte e não terão dificuldades de eliminar da futura Carta os absurdos estatizantes, com 280 votos em plenário — afirmou ontem a deputada Rita Furtado (PFL-RO), que participa ativamente da aglutinação no bloco suprapartidário em defesa da livre iniciativa, ao lado de Afif Domingos (PL-SP), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Alvaro Valle (PL-RJ), entre outros.

Convencida de que os radicais de esquerda, que o ministro Delfim Netto chamou de praticantes da estadolatria, são minoria na Comissão de Sistematização e no plenário, Rita Furtado acredita que será possível fazer uma Carta realista e moderna, revogando "esse conjunto de teses e jargões esquerdistas" contido no projeto em discussão.

"Esse projeto é profundamente edipiano. Quer estatizar tudo, criar uma grande teta nacional para todo mundo continuar mamando", sentenciou Rita Furtado, que detectou pelo menos 20 novas funções atribuídas ao Estado, ao Governo, no documento. Ela não tem dúvidas de que o regimento será modificado para permitir a apresentação de substitutivos a capítulos inteiros do projeto, com o que o grupo liberal espera impor seus pontos de vista.

"A deputada revela estar sendo procurada por muitos parlamentares 'realistas' assustados com o futuro do País, se a nova Carta contiver todos os dispositivos demagógicos — como a estabilidade no emprego, o pagamento de férias em dobro e a colocação do Estado como pai da pátria, responsável pela alimentação, educação, saúde, assistência total ao cidadão — existentes no projeto. Temos de dar até uma satisfação à opinião pública, que assiste incrédula à adoção pela Constituinte de teses rejeitadas pela maioria e defendidas por uma minoria radical", explicou.

"O País já vive um estado de calamidade pública originado na estatização da economia. A dívida pública interna, que sufoca as contas do Governo, se deve em grande parte à falta de objetividade nas administrações das empresas estatais. Ampliar o grau de estatismo — advierte — será perpetuar esse estado de coisas".

Para Rita Furtado, a estatização distorceu a visão do mundo de toda uma geração de brasileiros. "Temos especialistas, técnicos e políticos adeptos do estatismo, com a visão de que tudo o que a iniciativa pri-

vada não pode realizar é problema para o Estado resolver. Como se as empresas não pudessem obter os financiamentos a que o Governo sempre recorre quando vai executar uma obra de grande porte ou um investimento alto", comenta. Foi uma geração nascida nas estatais, acomodada, sem compromisso com a eficiência; a competição, a produtividade, o lucro, que usa o Estado para a solução de todos os problemas, inclusive os de ordem pessoal.

Num momento em que a China, a Rússia e até o Vietnã estão abrindo as portas à iniciativa privada, incentivando a ação individual, observa a deputada, no Brasil tem gente pensando em colocar o Estado como o responsável pela democratização da livre iniciativa, pela organização do abastecimento de gêneros de primeira necessidade, pelo desenvolvimento científico e tecnológico, pela seguridade social, pela atividade econômica e tudo o mais que se possa pensar.

Ela cita alguns absurdos contidos no projeto de Constituição, como o artigo 13, que dá ao Estado a atribuição de garantir a alimentação, saúde, trabalho, remuneração, moradia, saneamento, seguridade, transporte coletivo e educação para todos, o semi-internato às crianças pobres, o amparo à velhice, à maternidade e à pobreza absoluta. Ou, até cômico, o artigo 414, que o incumbe de "preservar a integridade do patrimônio genético e fiscalizar a manipulação de material genético".

— No mundo atual, os países mais desenvolvidos são justamente os que privilegiaram a iniciativa privada. Embora tenhamos praticamente 70 por cento da nossa economia estatizados, não atingimos estado satisfatório de desenvolvimento. Ao contrário, o Governo acaba se mostrando incapaz de gerir aquelas atividades inerentes e essenciais, como é o caso da segurança pública. Nossas cidades são inseguras, temos recortes de assaltos, seqüestros e violência, a polícia se mostra despreparada e desaparelhada e ainda querem colocar o Estado para regular o abastecimento e o mercado de arroz, feijão e outros produtos essenciais. Não dá para entender, desabafa.

Rita Furtado revelou que o grupo realista já vem trabalhando na elaboração de substitutivos e emendas ao projeto da Comissão de Sistematização. "Esse bloco suprapartidário vai fazer a nova Constituição com a cara do Brasil. De centro, moderada, como o povo brasileiro", afirmou.

Poucas emendas são apresentadas

Pouco mais do que 600 emendas assinadas por parlamentares e uma única proposta de emenda popular subscrita por 66 mil católicos, protestantes e judeus que querem o retorno obrigatório do ensino religioso nas escolas. Este é o saldo contabilizado nos primeiros 10 dias do prazo aberto para propostas ao projeto de Constituição que está sendo debatido com pouco interesse pelo plenário da Constituinte.

O baixo volume de emendas apresentadas, entretanto, não tem causado surpresa aos que ainda acreditam que a previsão do encaminhamento de aproximadamente 30 mil propostas irá se confirmar até o dia 13 de agosto, quando termina o prazo previsto pelo regimento. O próprio relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), revelou-se surpreendido, mas com o tipo de emendas apresentadas. "Eu esperava que viesse uma avalanche de emendas sobre temas políticos polêmicos, como mandato, reforma agrária, estabilidade, anistia ou forma de governo. Mas isso até agora não aconteceu".

Do projeto de Constituição a ser emendado, os artigos que mereceram mais sugestões, curiosamente, tratam dos Direitos e Garantias Individuais, da Reforma do Ensino da História do Brasil e do Poder Judiciário. O título das Disposições Transitórias do atual projeto, que prevê um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, recebeu até agora apenas três emendas.

O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) se adian-

tou e apresentou proposta no sentido da manutenção do mandato de seis anos, como manda a Constituição vigente. "Não identifiquei motivo para que a nova Carta Política pretenda reduzir e alterar a Constituição em vigor", argumenta Gibson, que tem como opositor o senador Itamar Franco (PL-MG), defensor de emenda que estabelece a data de 15 de março de 1988 como o fim do mandato do presidente José Sarney. Com a mesma argumentação de Itamar Franco, "a vontade popular", a deputada Cristiva Tavares (PMDB-PE) apresentou a terceira emenda sobre mandato, fixando-o também em quatro anos.

O fraco movimento na corrida de apresentação de emendas, não foi vinculado pelos parlamentares à falta de debates sobre temas constitucionais em plenário. "A única coisa que me passa pela cabeça para justificar o baixo volume de emendas é que os constituintes estão ausentes, estão de férias com seus filhos pequenos", observou Bernardo Cabral. Ele considera, porém, que os parlamentares estão se reservando para mais adiante, já que o "pique" de encaminhamento de emendas só acontecerá depois do dia 3 de agosto.

Apesar de vir condenado sistematicamente a dispersão dos debates em plenário, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) também diz que este problema não se reflete na produtividade em termos de emendas. Ele até considera positivo este fenômeno, pois acha que uma avalanche de propostas só difi-

cultaria a análise em profundidade do material pelo relator Bernardo Cabral.

A tendência nesta fase dos trabalhos, na opinião de Plínio Arruda, é de que os parlamentares apresentem um número menor de emendas, mas que representem propostas mais articuladas, em torno de grupos e fórmulas mais concretas, passíveis de aprovação. "Com estas primeiras emendas os constituintes estão apenas marcando presença, dando uma satisfação a seus eleitores, sem se importar muito com a correlação de forças".

Até agora, pelo balanço das emendas encaminhadas, dois itens do projeto constitucional se revelaram "mais antipáticos" aos constituintes e pertencem ao título dos Direitos e Garantias Individuais. Um dos artigos que mais desagradou, prevê que "O excesso de lucro nas atividades econômicas e financeiras será definido por lei e obrigatoriamente aplicado no programa nacional de erradicação da pobreza". Este item recebeu nada menos que 66 emendas, todas pela sua extinção, com exceção da proposta do deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), que muda o texto, sugerindo que o imposto para este fim só incidiria sobre "fortunas acima de 500 milhões de cruzados".

Já o deputado Luiz Eduardo (PFL-BA) — filho do ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães — pede a supressão do artigo, sob a alegação de que "o excesso de lucros é uma expressão subjetiva, demasiado vaga e sem parâmetros lógicos".

Alteração do regimento divide os constituintes

Os constituintes estão divididos em torno da tentativa de alteração do Regimento Interno com o objetivo de abrir a possibilidade de apresentação de substitutivos ao projeto Bernardo Cabral. Enquanto parlamentares progressistas denunciavam a existência de uma manobra da direita por trás da iniciativa, os moderados tratam de esclarecer que, o objetivo é tão-somente revogar a "camisa-de-força" do regimento.

O deputado Alvaro Valle (PL-RJ), que é autor da proposta, apressou-se em esclarecer que não está aliado a qualquer setor ideológico da Constituinte para derrubar o projeto do relator. "A emenda é exclusivamente de minha autoria, com o objetivo de colaborar para a redação de uma boa Constituição. Aliás, não tenho desconfianças em relação ao trabalho de Bernardo Cabral, que é um homem preparado, mas considero que a democracia e as instituições podem ficar sujeitas a conceitos subjetivos".

Para o deputado Sigma-rixa Seixas (PMDB-DF), contudo, a tentativa de alteração do regimento é um artifício dos setores de direita com o objetivo de im-

por os seus interesses à Constituinte: "O que eles pretendem é reproduzir, com amparo no regimento, o que fizeram na Comissão de Ordem Econômica, violando as normas em vigor".

O parlamentar brasileiro lembrou, ainda, que o regimento foi amplamente discutido pelos constituintes antes de ser aprovado. Alterá-lo, neste momento, significaria um "casuismo inadmissível". Ele advertiu, ao mesmo tempo, que a imposição de um substitutivo pela direita representará um golpe sobre a Constituinte e a própria sociedade.

Já o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) acha que o relator Bernardo Cabral tem toda razão de protestar contra a alteração regimental. Manifestando-se contra a apresentação de um substitutivo que possa ser utilizado pela direita como "rolo compressor", o parlamentar defendeu o respeito às atuais normas regimentais.

Plínio Arruda admitiu, ainda, a existência de riscos de que a direita da Constituinte venha a articular-se contra as mudanças progressistas, utilizando recursos como subs-

titutivo que se pretende apresentar. Ele conclamou os setores da esquerda a ficarem atentos a fim de evitar possíveis manobras neste sentido.

Mas nem todos pensam assim. O deputado Roberto Augusto (PTB-RJ), que se diz de "centro-moderado", confirmou que a direita trabalhará unida para fazer um texto que seja "o melhor para o País", alterando todos os pontos considerados inconvenientes no projeto Bernardo Cabral.

Recusando-se a considerar este trabalho como "rolo compressor" e lembrando que as decisões da Constituinte se farão sempre através da maioria absoluta, o deputado petebista elogiou o comportamento do seu grupo na Comissão de Família. Naquele órgão, o substitutivo do relator foi totalmente rejeitado e o projeto final terminou ficando a cargo da Comissão de Sistematização.

Para o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), o Regimento Interno não é uma norma rígida nem intocável. É um instrumento de trabalho que pode ser alterado no momento em que se mostrar inadequado. O que ele não admite é que se sugiram modificações com objetivos casuísticos.

IGREJA

Dia 29, CNBB entrega 4 propostas populares

Seis bispos, três da presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e três integrantes da Comissão de Acompanhamento à Constituinte, entregam na quarta-feira as quatro emendas populares subscritas pela Igreja, através da CNBB. A opção de encaminhar as emendas antes do dia 12 de agosto, data definida pela Articulação Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, para a entrega das emendas e que coincide com a data da greve geral da CUT, "é devido aos riscos quanto ao recebimento das emendas no penúltimo dia do prazo", segundo o boletim da CNBB sobre a Constituinte.

As emendas da Igreja, definidas na última Assembleia Geral dos Bispos, em Itaiçá (SP), são relativas à educação, família, liberdade religiosa e ordem econômica. Além dessas, a CNBB apóia outras três emendas: direitos indígenas, reforma agrária e iniciativa popular. As dioceses têm liberdade para apoiar as emendas populares que desejarem e uma das preferidas é a

que trata dos direitos do menor.

De acordo com o monsenhor Arnaldo Beltrami, assessor de Imprensa da CNBB, a expectativa é de que as quatro emendas populares subscritas pela Igreja, através da CNBB, recebam uma média de 200 mil assinaturas cada, perfazendo um total de 800 mil assinaturas.

Progressistas em temas políticos e econômicos e conservadores no que diz respeito aos dogmas da Igreja, as emendas refletem a CNBB. A que trata da ordem econômica prevê a primazia do trabalho sobre o capital, ou seja, a lei deve assegurar "a prioridade da remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital".

Em outro artigo desta emenda, a Igreja trata da reforma agrária. "Ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social" e, em seu parágrafo único, acrescenta que o imóvel que não corresponder a esta obrigação será "arrecadado mediante a aplicação dos institutos da Perda Sumária e da desapropriação por inte-

resse social para fins de reforma agrária".

Esta emenda da ordem econômica com certeza será bem recebida pela esquerda. Já a emenda que cria normas ao direito da família não terá boa receptividade por parte de setores da esquerda e dos grupos feministas. Ela condena o aborto e ressuscita o casamento indissolúvel.

As outras duas emendas dizem respeito a interesses da própria Igreja, não cabendo a classificação de progressistas ou conservadoras. A que trata da educação estabelece o apoio financeiro do Governo às escolas privadas de natureza não-lucrativa. As principais beneficiadas seriam as escolas e universidades católicas, que estão à beira da falência.

Na emenda sobre liberdade religiosa, a Igreja defende que a nova Constituição seja promulgada "sob a invocação do nome de Deus". Prevê também que o Estado "manterá assistência religiosa às Forças Armadas e nos estabelecimentos de interação coletiva, garantida a liberdade de cada um".